

Aposentadorias e pensões atuais terão valor real

Ulysses prevê nova Carta no fim de julho

O deputado Ulysses Guimarães acredita que a nova Constituição estará pronta até o final de julho. Ele já decidiu que, se for necessário, convocará sessões extraordinárias da Constituinte nas manhãs de amanhã e quinta-feira, para concluir esta semana a votação em primeiro turno da nova Carta. A Constituinte ontem não teve quorum pois apenas 184 parlamentares compareceram.

Ulysses esteve na hora do almoço com o líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim, quando procurou saber sobre a marcha das negociações sobre os artigos que restavam votar nas Disposições Transitórias. De Jobim, Ulysses obteve a informação de que há acordos fechados na maioria dos pontos e que também estão definidas as questões onde não há consenso, devendo ser decidida no voto.

Jobim disse a Ulysses que, até hoje de amanhã, as negociações serão concluídas, não sendo necessário reservar as manhãs para os entendimentos entre as lideranças, como é praxe na Constituinte. Assim, poderá haver sessões de manhã, de tarde e de noite até a quinta-feira. "Até a madrugada de sexta, terminaremos sem falta a votação das Disposições Transitórias", garantiu Jobim, mais tarde, no plenário.

Prazos

Concluído o primeiro turno, o relator Bernardo Cabral tem sete dias para redigir toda a matéria votada. Cabral, porém, já está com o trabalho praticamente pronto, pretendendo entregar o texto no domingo. Na segunda-feira, o texto será publicado e na terça, dia 5, começará a correr o prazo de cinco dias para a apresentação de emendas ao texto aprovado em primeiro turno. Por volta do dia 10, Cabral terá cinco dias para dar parecer sobre as emendas — ele já anunciou também que pretende concluir essa etapa antes da data-limite. Se isso ocorrer, provavelmente em torno do dia 15 de julho, poderá ter início a votação em segundo turno.

Os prognósticos sobre a duração dessa fase variam. Os otimistas, como Ulysses, apostam que ela poderá ser vencida em duas semanas, o que permitiria a promulgação da Constituição nas primeiras semanas de agosto. Muitos parlamentares, porém, duvidam que o segundo turno ande tão rápido. Por isso, estimam que a nova Carta só será promulgada no dia 7 de setembro.

Newton não crê na chance separatista

Belo Horizonte — Após se encontrar ontem com o prefeito Aníbal Quadros, em São Paulo, onde assinou convênio para melhoria dos transportes coletivos da região metropolitana de Belo Horizonte, o governador de Minas, Newton Cardoso, viajou a Brasília a fim de acompanhar a votação da emenda separatista do Triângulo Mineiro. Em São Paulo, o governador mineiro se encontrou mais uma vez com empresários paulistas, com os quais jantou.

Para Newton Cardoso, a questão do Triângulo Mineiro é «assunto já encerrado». Ele não tem a menor dúvida de que a integridade física, histórica e econômica de Minas está mantida. A única preocupação dele é quanto às sequelas que a campanha separatista possa ter provocado. «Já ganhamos essa questão» — ele disse.

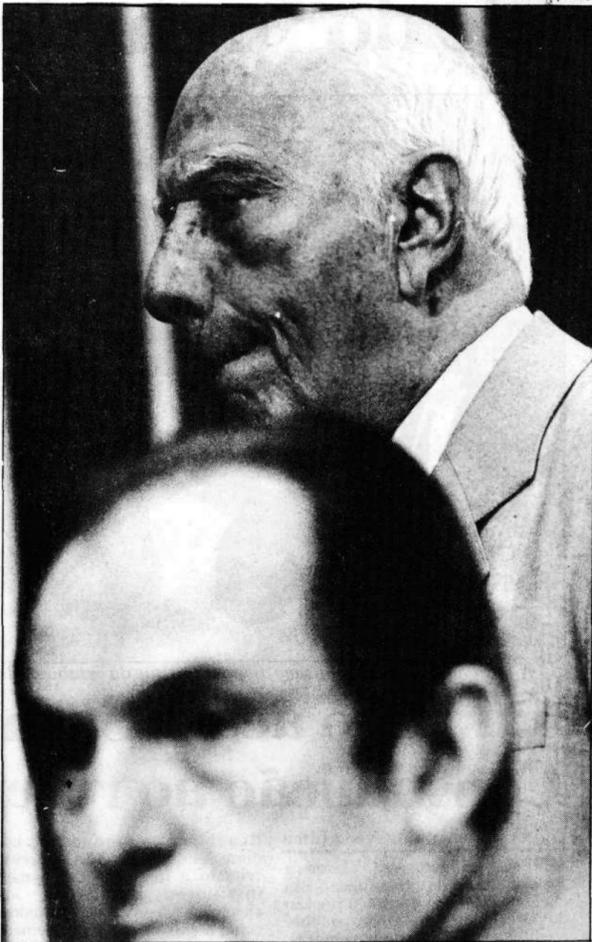
O governador de Minas considera o Triângulo Mineiro completamente integrado ao Estado tanto por meio de estradas como de meios de comunicação.

Newton Cardoso não estará sozinho hoje em Brasília. Com ele estarão acompanhando a votação da emenda separatista, mineiros como Zivaldo, dona Sarah Kubitschek, dona Risoleta Neves, a cantora lírica Maria Lúcia Godoy e todos os membros do Movimento Cívico pela Unidade de Minas.

Ato militar faz lembrar um atentado

São Paulo — "Os militares estarão sempre atentos às manobras dos inimigos que atuam aberta ou clandestinamente, pois conhecemos a sua estratégia, sua tática e seus múltiplos disfarces", afirmou ontem o general Correia Neto durante homenagem que o Comando Militar do Sudeste prestou ao soldado Mário Kozel Filho, morto durante atentado praticado por organizações que se opunham ao regime militar implantado no País em 1964. Da solenidade participaram representações das três armas e da Polícia Militar.

O comandante do Sudeste, que presidiu a cerimônia, narrou os episódios que culminaram com a morte do sentinela Kozel, "vítima por ato criminoso do inimigo interno, agente da subversão comunista". As homenagens tiveram objetivo de "transmitir às novas gerações os ensinamentos adquiridos no combate à guerrilha urbana".



Ulysses convocará sessões extraordinárias para apressar a votação

As lideranças partidárias decidiram ontem que os valores dos benefícios pagos pela Previdência Social serão revistos após a promulgação da futura Constituição, para que as aposentadorias e pensões tenham restabelecidos, pelo menos, os valores reais equivalentes à data de sua concessão. Não foi fechado o acordo ainda sobre a fórmula que obedecerá a esse cálculo, mas não está fora da mesa de negociação a proposta que prevê o cálculo de acordo com as novas regras estabelecidas na parte permanente da Constituição, onde serão considerados os últimos 36 meses de contribuição e a correção monetária incidente sobre os últimos 12 — hoje a inflação desse período é ignorada provocando uma perda real equivalente.

Ficou definido também que as bancadas ficarão livres para votar as emendas que legalizam o jogão-do-bicho e o funcionamento dos cassinos, como também a que prevê a realização de um plebiscito, 120 dias após a promulgação da Constituição, para a instituição ou não

da pena de morte no Brasil.

Primeiro turno

Os líderes deverão concluir hoje o «acordo» para agilizar a votação dos 25 artigos das Disposições Transitórias que ainda não foram apreciados. Com isso, eles esperam concluir até quinta-feira a votação de primeiro turno, mas prevêm que será necessária, no mínimo, uma sessão extraordinária para o cumprimento desse prazo. Do contrário, os trabalhos poderão ficar comprometidos já que quinta-feira o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, assume a Presidência, interinamente, por dez dias.

Apesar de todas as lideranças estarem de acordo com a criação do Estado de Tocantins (norte de Goiás) que já está prevista no texto base do Centrão, não se sabe ainda a postura que será adotada em relação às outras propostas. Existem destaques para a criação dos Estados do Triângulo (MG), Tapajós (PA), Maranhão do Sul (MA) e Juruá (AM). Para evitar o confronto em plenário, os líderes estão estudando a possibilidade de restabelecer o texto da Comissão Temática, que criou a Comissão Nacional de Redivisão Territorial.

Dez milhões serão atingidos

A revisão de todos os benefícios de aposentadoria e pensões representará um aumento significativo no poder aquisitivo dos atuais beneficiados, independente da fórmula de cálculo encontrada pelas lideranças partidárias. Vítimas de um achatamento progressivo de seus vencimentos, que existe há mais de 20 anos, agravado pela defasagem provocada pela inflação crescente, os cerca de 10 milhões de aposentados que hoje existem no Brasil recuperarão, no mínimo, por volta de 300% de perdas salariais ocasionadas pela mudança da política previdenciária.

Se as lideranças partidárias resolverem acatar a proposta, apoiada pela Federação Nacional

dos Aposentados, que estende aos atuais pensionistas as mudanças no cálculo do vencimento previstas na parte permanente da Constituição, o aumento será ainda mais significativo. Todos foram para a inatividade e passaram a receber pensões equivalentes a média das 36 últimas contribuições feitas um ano antes da aposentadoria.

Perda real

Isso significou — e ainda significa — a perda real de toda inflação dos doze meses anteriores à data de aposentadoria. Já no texto da futura Constituição os últimos doze meses não são desprezados, protegendo as pensões de aposentadoria contra possíveis políticas

com prazo de um ano para analisar a viabilidade dessas propostas. Existindo parecer favorável da Comissão, o Congresso Nacional elaboraria um projeto de lei prevendo a realização de um plebiscito local e a instalação da nova unidade da Federação.

Imposto de Renda

Também já foi fechado acordo em relação ao artigo 71 das Disposições Transitórias, o texto do Centrão apenas regulamenta o que já está previsto na parte permanente da Constituição e estabelece que a distribuição de gás canalizado é competência exclusiva dos Estados que poderão dar concessão do serviço somente a empresas estatais.

Os líderes derrubaram também um artigo que previa isenção do pagamento do imposto de renda aos dependentes de pessoas vítimas das por crimes brutais. Com isso, todos os filhos e a viúva de um homem que tenha sido vítima de seqüestro seguido de morte, por exemplo, nunca mais pagariam imposto — não levando em conta o grau de riqueza. No lugar desse artigo ficará outro que remete para lei ordinária o ressarcimento cabível nessa situação.

de achatamento agravadas pela inflação. O valor real é assegurado já que os vencimentos dos aposentados serão reajustados com os índices concedidos para quem está na atividade.

Outro ponto que só deverá ser acordado na reunião de hoje diz respeito aos prazos estabelecidos para que a Previdência inicie o pagamento das novas pensões. Todas as propostas prevêm que o Executivo deverá apresentar, em no máximo seis meses, o novo plano para a apreciação do Congresso Nacional, mas divergem quanto o período para o pagamento dos novos benefícios. Esses prazos vão de seis até 18 meses após a promulgação da futura Constituição.

Empresariado quer suprimir 24 itens

São Paulo — O Forum Informal dos Empresários, que reúne presidentes das diversas entidades patronais de São Paulo, definiu ontem uma lista de 24 pontos que pretende ver retirados da futura Constituição. Esses artigos e emendas, aprovados na votação do primeiro turno, sofrerão no segundo a marcação cerrada dos empresários que tentarão suprimi-los. "Democraticamente vamos procurar persuadir os políticos e mostrar, para o bem do País, os erros que estão sendo cometidos", justificou o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato.

A reunião do Forum aconteceu na sede da Fiesp, na avenida Paulista, principal centro financeiro do País. Estiveram presentes os presidentes das federações da Indústria, Mário Amato, do Comércio, Abram Szajman, dos Transportes, Benedito Dario Ferraz; do Sindicato dos Bancos, Paulo Queiros; da Associação Comercial, Romeu Trussardi; e o diretor da Sociedade Rural Brasileira, Fernando Vergueiro.

Dos 24 pontos assinalados pelos empresários, quatro merecerão atenção especial: limitação da jornada em seis horas para trabalhos de turnos, ininterruptos; prescritibilidade para as ações trabalhista; direito de greve;



Mário Amato crê no bom-senso

limitação das taxas de juros. "Estamos realmente muito preocupados com esses pontos", disse Amato.

Prejuízos

Ele explicou que a jornada de seis horas nas empresas de turnos ininterruptos limitará a capacidade de exportação das mesmas, e, em última instância, isso acabará prejudicando os próprios trabalhadores. Quanto às greves, embora ressalte ser a favor do direito de greve, alerta que como está formulado o artigo aprovado em primeiro turno "ele passa a ser irrestrito", o que poderá transformar o País "em uma República sindicalista". Finalmente ele con-

denou o tabelamento, pela Constituição das taxas de juros em 12% ao ano.

Os empresários tentaram também derrubar ou modificar na votação das emendas supressivas o seguinte: mandato de inibição; aplicabilidade imediata das normas constitucionais; férias remuneradas; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço; estatização definitiva das telecomunicações; competência do Poder Legislativo para legislar sobre trânsito e o transporte de bens e pessoas; organização do abastecimento alimentar; distribuição estatal do gás encaixado; uniformização da jurisprudência trabalhista pelo TST; competência normativa da Justiça do Trabalho; extensão da imunidade tributária para entidades sindicais patronais; adicional do imposto de renda para os Estados; imposto sobre as grandes fortunas; definição da empresa brasileira de capital nacional; preferências nas aquisições de bens e serviços efetuados pelo poder público; o Estado como agente normativo e regulador da economia; nacionalização da exploração mineral; contratos de risco; investimentos estrangeiros na assistência à saúde; e o mercado interno com patrimônio nacional.